

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 115

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE AGOSTO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 402/2000

Curitiba, 29.08.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência no sentido de solicitar o meu desligamento da CPI dos Combustíveis.

Certo de poder contar com sua atenção, apresento-lhe protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) BETO RICHÁ

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão e votação ao item nº 03 (Projeto de Lei 237/2000), constante da Ordem do Dia da Sessão Plenária de hoje.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Edson Strapasson e Antonio Annibelli.

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 014/2000, que restabelece os 02 (dois) cargos de Consultores Técnicos às Comissões, extintos pelo artigo 1º da Resolução nº 009/97.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos justo este pedido de tramitação em Regime de Urgência do Projeto de Resolução nº 014/2000 de 22 de maio de 2000, em virtude de tratar-se de reivindicação de dedicados servidores deste Poder Legislativo com mais de 40 (quarenta) anos de serviço.

REQUERIMENTO Nº 1641

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 313/99, item 10, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Ricardo Maia, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 547/99, de autoria do deputado Tiago Amorim, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 51/2000, de iniciativa do deputado Cleiton Kielse,

que foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador (Lei nº 12.903).

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1628

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 456/99 e 548/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1629

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 527/99 e 80/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 247/2000, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 308/70, de iniciativa do deputado José Furtado, que foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador (Lei nº 6265).

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos Médicos Veterinários Sanitaristas do Paraná, alusivos a posse da nova diretoria para o biênio 2000/2002, que ocorrerá no próximo dia 02 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente doutora Regina Utime, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Basílio Itiberê, 376, CEP: 80210-060, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Departamento Municipal de Agricultura de Ivaiporã, alusivos realização do 2º Seminário de Bovinocultura de Leite e 1ª Mostra Intermunicipal do Programa de Inseminação Artificial.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Dr. Jaime Ribeiro de Souza, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Olavo Bilac, s/nº, CEP: 86870-000, município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Serviço de Vigilância Sanitária Municipal de Ivaiporã, alusivos realização do 2º Seminário de Bovinocultura de Leite e 1ª Mostra Intermunicipal do Programa de Inseminação Artificial.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Dr. João Ramiro de Souza, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Ponta Grossa, 435, CEP: 86870-000, município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom, solicitando providências quanto a falta de investimentos em novos terminais telefônicos, em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais.

Em Ponta Grossa foi fechada a principal loja dos Campos Gerais, que atendia cerca de 48 municípios, e mais um teleposto. Com o fechamento os usuários do sistema ficaram sem ter a quem recorrer.

Tibagi, com cerca de 10 mil habitantes, tem, segundo a Associação Comercial e Industrial, apenas 500 linhas. A população protesta por causa da negativa da concessionária em disponibilizar linhas telefônicas para um posto de saúde municipal recém inaugurado e para a juíza de Direito da comarca.

As reivindicações ocorrem há mais de dez anos e já atingiram outras administrações. Muitas empresas deixaram de se instalar em Tibagi por falta de investimentos no setor. Entre as que ficaram, algumas reivindicam terminal há pelo menos dois anos. Outras pagam mais caro pelas ligações, pois adotam o código 272 de

Telêmaco Borba. Além da telefonia convencional, a população espera também a celular.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e à secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba, solicitando providência imediata em relação ao transporte escolar em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais.

Municípios da região continuam arcando com os custos do transporte escolar da rede pública municipal e estadual, o que vem gerando despesas extras às prefeituras. No ano passado, os prefeitos fizeram um movimento para que o recurso fosse repassado para suprir a rede estadual. Hoje, as administrações públicas municipais são responsáveis por manter toda a estrutura de ensino (estadual e municipal), quando a lei obriga a zelar apenas pelo transporte de alunos do ensino fundamental. O município vem bancando 100% do transporte escolar, incluindo o vale-transporte, que é cedido para estudantes de até 15 anos, que moram distante do estabelecimento de ensino.

O mesmo ocorre com outros municípios dos Campos Gerais, como por exemplo Castro, que é responsável em manter o serviço de transporte escolar. Cerca de 35% da estrutura disponível atende os alunos do município, que são cerca de 8,5 mil e o restante, seria de responsabilidade do Estado.

A falta de recursos acarreta uma série de problemas que precisam ser solucionados pela administração pública.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1642

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, solicitando determinar ao órgão competente, sejam destinados recursos mensais para a Assoma - Associação dos Meninos de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Antonio Michalizen, presidente da Assoma, e a senhora Niva Khury.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Meninos de Curitiba (Assoma), é uma instituição comunitária, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública municipal, estadual e federal. Desenvolve atendimento a 300 (trezentas) crianças.

A Assoma oferece a esses meninos, cursos profissionalizantes, que são desenvolvidos em oficinas - padaria, confecção, lavanderia, horta, jardinagem, cozinha, cerâmica, mecânica, e entre outras implantadas na sede da instituição.

Com a crise que atingiu a Assoma, algumas já estão paradas e outras ociosas.

Além das oficinas, conta com ensino fundamental, desenvolvido na Escola Desembargador Francisco Cunha Pereira, atendimento odontológico, médico, assistência psico-social, alimentação e noções de higiene.

A entidade foi fundada em 1987, com o objetivo de amparar e educar crianças em situação de rua, risco social e pobreza.

Infelizmente, a Assoma está passando por sérias dificuldades financeiras, prevendo seus diretores o fechamento da entidade dentro de pouco tempo, caso não consiga ajuda suficiente para sua manutenção.

Por coincidência, hoje, completa um ano do falecimento do deputado Anibal Khury, considerado padrinho da Assoma.

Em homenagem ao saudoso deputado, estamos certos que o Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, envidará todos os esforços para não deixar morrer aquela entidade filantrópica.

Para que conste deste modesto requerimento e fique registrado para a posteridade, transcrevemos o artigo “Cuidem bem das minhas Crianças”, publicado pela Revista Divulgação, de setembro de 1999:

“Cuidem bem das minhas crianças, elas só precisam de carinho e atenção.

Em memória do nosso querido e grande mestre Anibal Khury, personalidade vinda com a missão de transmitir a todos que o rodearam, experiência e conhecimento adquiridos ao longo de sua existência.

Ele nos deu a oportunidade e orientação para fazermos um verdadeiro trabalho incondicional que sai da essência de cada ser, nos ajudando principalmente a crescer como pessoa, lançando mão muitas vezes de nossa habilidade profissional, guiados não só pela saúde mas também pela felicidade.

A condição preocupante da saúde bucal das nossas crianças vem sendo motivo para refletir se o modelo de tratamento odontológico curativo tem sido satisfatório. A criança, desde cedo, começa a frequentar o dentista para arrumar os dentinhos que estão cariados e começa aí uma peregrinação sistemática ao longo dos anos, sem que o problema seja realmente resolvido.

A Associação dos Meninos de Curitiba (Assoma), presidida por este mestre, deputado Anibal Khury “*in memoriam*”, sensibilizados com as condições em que se encontram estas crianças, acolheu nossa proposta em promover saúde bucal a elas que fazem parte do quadro desta instituição.

Fundada em 1987, sem fins lucrativos, vem realizando um belíssimo programa social através da educação pelo trabalho, possibilitando que os meninos de rua vislumbrem um futuro diferente daquele pré-estabelecido pela sociedade a que pertencem.

Os alunos, em número de 300, têm acesso a inúmeras oficinas, dentre as quais cabe ressaltar: horta, jardinagem, cozinha, cerâmica, mecânica, música, trabalhos manuais, serigrafia, padaria, esportes, entre outros.

O Projeto de Saúde intitulado “Sorrindo para a Vida”, iniciado em maio de 1999, vem documentando as crianças mais enfermas através de fotografias intra e extra bucais, com forma de aferirmos ao longo dos anos os resultados deste trabalho pioneiro em Curitiba.

Tal projeto visa a longo prazo uma redução dos índices de cárie e doença periodontal, favorecendo o desenvolvimento psico-social, valorizando-as como indivíduos e possibilitando que estas tenham uma oportunidade de crescimento futuro, tornando-as mais felizes, levando a uma fase adulta com menos problemas de saúde e discriminação, comuns a grande parte desta população. Conta com a coordenação das doutoras Larize Marquevis e Maristela Gomes e do doutor Ronan Fonseca. Mais do que nunca o objetivo em continuar o projeto será mantido como forma de agradecimento ao deputado Anibal Khury (“*in memoriam*”), que sempre falava com grande carinho das crianças da Assoma, frisando através de suas palavras: “cuide bem das minhas crianças, elas só precisam de carinho e atenção”.

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo “Vargas Continua Vivo”, de autoria do doutor Léo de Almeida Neves, publicado no Jornal Gazeta do Povo de 26 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Léo de Almeida Neves, bem como ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo “Vargas Continua Vivo”, de autoria do doutor Léo de Almeida Neves, relembra perfeitamente a trajetória política da eminente figura de Getúlio Dornelles Vargas, que se vivo fosse teria completado 117 anos de idade, no último dia 19 de abril, e é com saudades daquele homem público que foi o maior Estadista Brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reavivar nesta modesta justificativa, parte da extraordinária vida política daquele patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais.

O Brasil estava mergulhado, em 1930, em profunda crise. Crise política, social e econômica.

Estávamos sofrendo as consequências da crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que levou o mundo a quase falência, assim como estávamos sofrendo as consequências da ação retrógrada de uma oligarquia que se perpetuava no poder.

A miséria de um lado, e a opressão, de outro lado, trouxeram a revolta do povo, ainda mais quando a presidente Washington Luiz impôs, como seu sucessor, o governador paulista Júlio Prestes.

A aliança de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com apoio do nordeste, trouxe às candidaturas de Getúlio Vargas e de João Pessoa, para a Presidência e para a vice-Presidência da República.

As eleições, naquele tempo, eram a descoberto. O eleitor escrevia, perante a mesa, os nomes de seus candidatos em listas que lhes eram apresentadas. E, depois, no silêncio da sala secreta, eram elaboradas as atas, com os resultados que aproovessem ao governo.

As eleições de 1930 teriam de registrar, como registraram, a vitória de Julio Prestes, através das Atas falsificadas.

O povo brasileiro se sentiu ludibriado e despojado. Pegou em armas contra a oligarquia.

A revolução eclodira a 3 de outubro, no Rio Grande do Sul. Todo o país se mobilizou em apoio dela. E, já no dia 24 de outubro, Getúlio Vargas assumiu o governo, no Palácio do Catete, recebendo-o da Junta Militar que havia deposto Washington Luiz.

O patronato urbano e o latifúndio, constituíam o “Coronelismo” em política. Impunham e elegiam os candidatos que queriam porque podiam controlar o “voto a bico de pena”, e porque podiam mandar elaborar as Atas com os resultados eleitorais que bem entendessem.

Vargas deu voto secreto ao povo, libertando-o dos caciques locais.

Fez mais, convocou a Mulher Brasileira, ao dar-lhe também o direito de votar e ser votada. É crescente desde então o número de representantes femininas nas Casas Legislativas e nas prefeituras do País.

Preocupado com a sorte das classes trabalhadoras, ensinou-lhes a participação direta nos trabalhos constituintes de 1934, através dos deputados federais e estaduais classistas. Mas essa figura desapareceu nas Constituições posteriores.

O trabalhador nunca ocupara o devido lugar, como instrumento de progresso. Explorado desumanamente, a classe patronal não lhe reconhecia direito algum. Trabalhava para uma firma a vida inteira, ou até ficar inválido, quando diminuía, ou extinta de vez a sua capacidade de produção, era posto no olho da rua, sem indenização e sem aposentadoria. Ia engrossar a legião dos desempregados e dos que pereciam à mingua.

O governo de Vargas dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este um status. não foi preciso que o operariado vertesse o próprio sangue em lutas de ruas, como em outros países, para obter conquista social. A legislação social veio pacificamente. Determinou estabil-

idade no emprego, jornada de oito horas, remuneração de horas extras, do trabalho noturno e do trabalho insalubre, salário-mínimo, salário-família, assistência médico-hospitalar, e de aposentadoria e pensões.

Os jovens trabalhadores pouco sabem dessas conquistas, e sabem menos ainda sobre a ação de Vargas no campo trabalhista.

O presidente Vargas acompanhou os efeitos da explosão demográfica em nosso País. Surgem, a cada ano, mais jovens a procura de emprego. Esses empregos têm de ser criados, a cada ano, para o aproveitamento da força de trabalho existente. E a criação de novos empregos só mesmo através da dinamização da nossa economia. A dinamização teria de ocorrer somente através da industrialização em massa, com a exploração dos nossos abundantes recursos naturais.

A siderurgia foi o primeiro passo que se pretendeu dar. Foi no governo de Getúlio Vargas que se elaborou o primeiro planejamento econômico do Brasil.

Chegara a vez do Brasil pedir algo em troca. Foi quando Vargas conseguiu apoio para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Fundou ao mesmo tempo, a Companhia Vale do Rio Doce, para a centralização da extração e exportação do nosso minério de ferro.

A usina Volta Redonda marcou o início efetivo da industrialização brasileira.

Graças aos fornecimentos feitos durante todo o tempo de luta, o Brasil se tornou pela primeira vez em sua história, credor dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os congelados se acumularam, para pagamento depois do advento da paz, pois, com a concentração de todo o esforço bélico no fabrico de armas e de equipamentos para os exércitos, não havia possibilidade de obter-se maquinário e equipamentos para a nossa industrialização.

Tínhamos de ter paciência, paciência é o que nunca nos faltou.

Enquanto isso, íamos dando os primeiros passos no caminho da nossa progressiva independência econômica. Os planos industriais estavam sofrendo revisão e ampliação, e medidas de caráter financeiro estavam sendo tomadas, para socorro ao nosso tateante empresa-riado.

Vargas agia com prudência e com firmeza, a fim de não acirrar a hostilidade dos grupos brasileiros os seus mais apaixonados defensores.

Havia sido criado, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo, e tomavam-se providências para o início da prospecção da lavra das jazidas. Corriam rumores sobre a criação da Eletrobrás, para retirada, das mãos estrangeiras, como defesa da Segurança Nacional, das indústrias de energia elétrica. A Superintendência da Moeda e Crédito, Sumoc, estava policiando mais a remessa de lucros para o exterior. era pensamento transformá-la no Banco Central. Como a industrialização ocupava lugar de destaque no programa, cuidava-se da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Essas medidas estavam ferindo os interesses dos trusts estrangeiros, que se disfarçam, com a denominação de multinacionais.

Com o advento da paz, tornou-se possível a encomenda do maquinário e de equipamentos, para a ampliação e modernização do parque industrial brasileiro. Mas, tendo cessado as necessidades bélicas, os trusts, aliados com os entreguistas de dentro do País, sempre à disposição deles, prepararam uma armadilha para o presidente Vargas.

Acharam que era tempo de redemocratização do Brasil. Não levaram em conta que o governo já havia baixado leis a respeito, e, em decorrência delas, os partidos políticos tinham sido criados, e estavam em plena atividade, empenhados em campanha para as eleições gerais de 2 de dezembro de 1945. Não havia, pois, o que reclamar, desde que a redemocratização se achava em pleno curso.

O pior cego é o que não quer ver, e o pior surdo é o que não quer ouvir.

Jogaram contra a pessoa de Vargas toda a sorte de suspeição e de aleivosias porque era preciso criar o clima de golpe. Nenhum trust falava dos seus interesses econômicos contrariados. Mas, pelos jornais que dominavam, através de anúncios, proclamavam a necessidade do afastamento de Vargas para que o País pudesse voltar à normalidade política.

A deposição do chefe da nação veio a 29 de outubro de 1945. Com ela estavam afastados para os trusts o perigo da nossa industrialização e o perigo da encampação de empresas estrangeiras que ameaçavam a segurança nacional. Os trusts estrangeiros não perderiam, então, o mercado consumidor brasileiro, e poderiam continuar a manipulação criminosa das nossas reservas em moeda forte.

Ao deixar o Poder a 20 de outubro de 1945, para recolher-se voluntariamente à fazenda Itú, no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas mostrava que o meio circulante (dinheiro) do País havia alcançado a dezesseis bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos mil e cento e noventa cruzeiros (Cr\$16.530.500.190,00) Mas esse meio circulante tinha como lastro cinco bilhões e duzentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros (Cr\$5.248.000.000,00) em divisas estrangeiras (dólares, libras esterlinas e outras moedas), como créditos de financiamento. Sete bilhões e cento e quinze milhões de cruzeiros (Cr\$7.115.000.000,00) em ouro armazenado, quatro bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros (Cr\$4.800.000.000,00) de empréstimos através de Carteira de crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, mais um bilhão de cruzeiros (Cr\$1.000.000.000,00) de participação do governo na Companhia Siderúrgica Nacional (Usina de Volta Redonda) e um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros (Cr\$1.400.000.000,00) de produtos financiados pelo Banco do Brasil. Pelo exposto verifica-se que havia um superavit, ou excedente de dois bilhões de cruzeiros

(Cr\$2.000.000.000,00) sobre o montante do dinheiro em circulação.

Em relatório preparado por uma Comissão de alto nível, sobre a situação econômica-financeira durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, vamos ver que, a 30 de dezembro de 1950, cinco anos depois da deposição de Vargas, o meio circulante quase havia dobrado, tendo chegado a trinta e um bilhões e quinhentos e vinte milhões de cruzeiros (Cr\$31.520.000.000,00) ou diferença para mais, de dezesseis bilhões e duzentos e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$16.205.000.000,00).

O pior é o que estava por detrás de tudo.

No primeiro ano de governo de seu sucessor, veio a Instrução nº 20, de agosto de 1946, da Sumoc, “que aboliu temporariamente as limitações sobre as remessas de lucros e dividendos, tendo sido a primeira porta larga que se abriu para a dilapidação de nossas divisas.

Ao voltar ao poder, nos braços do povo, em 1950, Getúlio Vargas encontrou dívidas e mais dívidas a pagar, em vez de reservas em moeda forte, que havia deixado, para a industrialização do País.

Eleito, Vargas teve de lutar contra todos os obstáculos que formados por inescrupulosos brasileiros, aliados a grupos estrangeiros formaram um complô para impedir sua posse. Em primeiro lugar surgiu a fórmula casuística de maioria absoluta, pelo fato de Getúlio Vargas haver obtido um pouco mais de quarenta e nove por cento (49%) e menos de cinquenta por cento (50% dos votos. Em segundo lugar, as Forças Armadas estavam em agitação em virtude das eleições no Clube Militar, quando venceu a chapa nacionalista encabeçada por Estillac Leal.

Em cumprimento às suas promessas, Vargas, no governo se consagrou à execução de um programa nitidamente desenvolvimentista, à base do nacionalismo. Cercou-se, para isso, de equipe técnica idônea, para a formulação dos planos, sempre em sigilo, por causa dos trusts e dos entreguistas.

A primeira mensagem de Vargas ao Congresso, em março de 1951, abordou as questões da criação da Hileia Amazônica, um instituto internacional que acabaria desmembrando a Amazônia legal do território brasileiro, da criação da Eletrobrás, do controle das exportações e das importações, do controle da remessa de lucros, e da reforma administrativa.

São de Vargas o Plano de Valorização da Amazônia, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, o Plano Nacional de Eletrificação, e a Mensagem para a criação da Eletrobrás, o Plano de Reparelhamento Econômico do Brasil, cada qual um marco no caminho do nosso desenvolvimento.

Podemos afirmar sem susto de incorrer em erro que tudo o que tem sido feito posteriormente, em matéria de desenvolvimento econômico, teve sua origem ou já havia sido planejado no governo de Getúlio Vargas.

Os interesses estrangeiros foram mais duramente contrariados no segundo governo de Vargas, porque a

nossa industrialização retirava um excelente mercado para os produtos vindos de fora.

Por isso, quando o Chefe da Nação solicitou, através da Comissão mista Brasil-Estados Unidos, empréstimos no valor de quinhentos milhões de dólares, a serem gastos na compra de máquinas e de equipamentos para as nossas indústrias o governo de Harry Trumann exigiu que, como compensação, o Brasil enviasse uma força expedicionária à guerra da Coreia.

Vargas se indignou com a imposição descabida, e recusou o financiamento dizendo: “Prefiro abrir mão dos quinhentos milhões, porque não há dinheiro que pague o nobre sangue dos jovens brasileiros, que deveria ser deramado em território estrangeiro, em defesa de interesses estrangeiros, que nem de leve nos dizem respeito”.

Outro gesto de altivez e de patriotismo foi quando o embaixador norte-americano, tentou pressioná-lo para não sancionar a Lei da criação da Petrobrás, como monopólio estatal de petróleo, pois queria forçar a participação dos capitais do seu país. Vargas apontou-lhe a porta dizendo: “Embaixador, a saída é por ali”. E recusou-se a receber em audiência o comandante de uma esquadra de 27 navios de guerra norte-americanos, que na mesma data, fazia uma visita de cortesia ao Brasil, como forma de ameaça indireta.

O patriotismo incompursável e as atitudes corajosas de Vargas conduziram os entreguistas e os trusts internacionais a se aliarem, formando uma frente poderosa, com o inteiro apoio de uma imprensa mal-avisada, para o combate a seu governo.

Precisava ser alijado, por bem ou por mal, o homem que se opunha à rendição total do Brasil aos grupos estrangeiros.

Para ter-se uma idéia da situação das multinacionais na época, recorramos a alguns dados que figuram no discurso proferido por Artur Bernardes, na Câmara dos Deputados, em 15 de setembro de 1953, e louvado em balanço publicado no Diário Oficial da União de 1947.

“... A Standart Oil, a Schell, a Atlantic, e a Coloric todas empresas multinacionais, obteram lucros superiores a trezentos por cento (300%), no ano de 1946.

Com a colaboração do Escritório Monsen, segundo revelou Hélio Silva, em sua obra “Um tiro no Coração”, a imprensa se engajou na luta contra o governo de Vargas, para não perder a fonte de receita dos fortíssimos anunciantes norte-americanos.

Nunca um Chefe da Nação foi tão aviltado e tão combatido. Tantos anos depois de finda a Segunda Guerra, os inimigos de Vargas imitavam “Goebeles”: à força de insistir nela, a mentira passa a ser verdadeira.

A campanha foi sórdida e tenaz, na imprensa, no rádio, na televisão e na tribuna parlamentar. Dela participou com veemência “a banda de música”, atravessadores hipócritas, apresentando-se depois como defensores da democracia, sem que o remorso lhes corresse, ao menos, a consciência, e sem que uma gota de sangue de pudor lhes enrubescesse a face.

Uniram-se as multinacionais, os políticos e os jornalistas a serviço dos interesses estrangeiros no combate sem tréguas a Getúlio Vargas. No meio militar, as traições, também não tardaram a vir. O vice-presidente Café Filho se complicou na trama.

Côncio de suas responsabilidades perante a Nação, que o levara à presidência da República, e côncio de que apenas interesses de ordem material é que serviam de mola para a campanha de injúrias e calúnias, Getúlio Vargas se recusou a humilhar-se com uma renúncia injustificável: “Daqui só saio morto”.

Um crime praticado por alguns elementos que trabalhavam no Catete, deu motivo à grande crise. A oposição chefiada por Carlos Lacerda gerou o início da deposição de Getúlio Vargas que preferiu matar-se, no dia 24 de agosto de 1954. Antes de suicidar-se, disse ao seu líder, na Câmara, o deputado Gustavo Capanema: “Minha saída ou a minha permanência no governo deixou de ter significação para mim. O que eu não quero é a desonra. O que eu não quero é ter na história meu nome envolvido na complacência com ladrões e assassinos”.

Um tiro no coração o fez tombar heroicamente. Preferiu o suicídio à vergonha.

Cumpriu-se o que Vargas dissera na Carta Testamento:

“Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando a fome bater à vossa porta sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e por vossos filhos. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação”. “Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo para o caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 285/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a orientar a implantação de Polos Industriais que envolvam municípios que participem de zonas de produções homogêneas de matéria-prima, potencialidade ou infra-estrutura disponíveis visando o ganho em produtividade, a agregação de valor e a valorização dos produtores ou dos empreendedores locais, objeti-

vando o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.

Parágrafo Único - As empresas implantadas, tendo em vista os polos industriais aqui definidos, terão seu enquadramento automático no percentual do ICMS incremental enquadrável na hipótese de setores integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado, oriundo da regulamentação da Lei nº 9895, de 8 de janeiro de 1992.

Art. 2º - Os Polos Industriais poderão ser propostos através de anteprojetos de lei desde que cumpram, no mínimo, com as seguintes condições:

I - identificação da matéria-prima, da potencialidade ou da infra-estrutura disponíveis para implantação do Polo, dos produtos a serem desenvolvidos e do possível mercado que absorva a produção;

II - delimitação da área homogênea da disponibilidade da matéria-prima, potencialidade ou infra-estrutura a ser a base de implantação do Polo, através de relatório quantitativo e qualitativo, além de atas que comprovem a decisão do Executivo e Legislativo de cada município, assumindo o compromisso de apoio ao Polo;

III - ata da respectiva associação de municípios, comprometendo-se com a implantação do Polo;

IV - carta de importância do Polo, assinada pelas entidades representativas da iniciativa privada envolvida em seu desenvolvimento identificando sua contrapartida para o sucesso do mesmo;

V - minuta de consórcio dos municípios envolvidos visando a implantação do Polo e a criação de um Fundo Financeiro de Desenvolvimento do Polo, definindo a forma de participação dos municípios além de possibilitar a contribuição da iniciativa privada, governos estadual e federal.

Art. 3º - O decreto do Executivo que regulará cada Proposta de Implantação de Polo de Desenvolvimento de Região definirá:

I - a Secretaria de Estado que fará a interface de orientação e encaminhamento das solicitações do Polo, no âmbito dos governos estadual e federal;

II - os órgãos de sua esfera e respectivos técnicos a serem envolvidos no assessoramento e implantação do Polo;

III - e, inclusive, definição e disponibilização de recursos orçamentários visando dar suporte as definições do referido Polo, principalmente quando a região a ser desenvolvida for composta de municípios que detenham, em conjunto, menos de 10% de participação no retorno do ICMS.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

“É preciso que façamos uma pausa para meditação. Demos um passo na industrialização com as montadoras, agora temos que cuidar do nosso quintal”, afirmou o saudoso presidente desta Casa de Leis o senhor deputado Anibal Khury, cujo primeiro aniversário de falecimento choramos na data de hoje.

É de sua lavra o projeto de lei em tela. Reapresento-o à análise dos meus nobres Pares, vez que o documento em questão recebera pareceres favoráveis por parte das doutas Comissões de Finanças, Constituição e Justiça e Agricultura, Comércio e Indústria, ainda no ano de 1997, tendo, no entanto, seu trâmite sido interrompido, ignorando-se as razões.

Disse ainda, à época, o pranteado Anibal Khury: “minha afirmativa necessitava tornar-se mais clara, e muito mais que isso, que pudesse contribuir na união de todos, para que cada um, em sua região, pudesse ser agente de seu próprio desenvolvimento”.

Essa postura demonstra o elevado espírito paranaense do nosso então líder maior.

Esta proposta de lei visa valorizar todos os paranaenses de quaisquer regiões, incentivando o resgate de sua história econômica, do porquê do surgimento de sua região, do conhecimento que sua população desenvolveu para que chegasse até hoje aos seus objetivos, levando-a a encontrar e traçar novos caminhos.

Portanto, o conteúdo da lei por si só define que as regiões devem se unir, organizar-se, analisarem, serem críticos, prospectarem suas potencialidades.

Ter visão de futuro, olhar este mundo moderno e definir o que a sua população quer para o amanhã de suas novas gerações.

Visualizando qual é o espaço que está reservado para sua região e definindo um Plano de Motivação Empresarial para direcionar o seu próprio desenvolvimento.

Ou seja, resgatando em bases modernas, auto sustentáveis, suas produções locais de madeira, algodão, café, batata, milho, seda, gado e até o coco, além de tantas outras culturas que fizeram e fazem este Paraná Gigante, onde cada um de nós tem orgulho de pertencer.

Desta forma o velho e o novo se encontram, interagem e alcançam um novo patamar, proporcionando que cada um galgue seu espaço sem saltos que excluem muitos pela modernidade repentina, sem possibilitar uma chance para que os filhos continuem a obra de seus pais, no trabalho contínuo de construir suas regiões e cidades.

Esta proposta visa fornecer mais uma ferramenta de forma a permitir que todos os cidadãos, quer sejam governantes, quer sejam governados, de forma una, objetivando o mesmo ideal, assumam sua parcela no esforço de seu próprio desenvolvimento e de sua região.

PROJETO DE LEI Nº 286/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proibir, em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contato, coloridas ou de grau sem a apresentação da receita prescrita por médico oftalmologista.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense vem destacando nos últimos dias, a prática de algumas óticas venderem lentes de contato, coloridas ou de grau sem a devida prescrição médica, causando com isso, problemas sérios nos olhos para as pessoas por terem usado lentes de contato sem a prescrição e o acompanhamento do médico oftalmologista. As seqüelas causadas por problemas como infecções e fungos tendem a ser bastante sérias, com casos de infecções que podem levar a cegueira.

A vigilância sanitária deve incentivar e aprimorar a fiscalização constante sobre as óticas para evitar futuros aborrecimentos para a população.

Entendemos justa e oportuna a aprovação, pelos nobres deputados, que criará expectativas para solucionar de uma vez por todas o problema aqui justificado com bastante clareza.

PROJETO DE LEI Nº 287/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Excelência de Xadrez, foi criado com o objetivo de executar ações de mobilização, conscientização, treinamento e atividades paralelas, de interesse comunitário, voltadas ao exercício de atividades relacionadas ao Xadrez, visando o desenvolvimento intelectual de jovens e adultos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor presidente, senhores deputados. Dia 30 de agosto, hoje relembramos a figura do amigo, do deputado Anibal Khury, do meu padrinho, de um homem que muito fez pelo Paraná.

Não poderia deixar que essa data passasse despercebida e claro que a Assembléia Legislativa através do nosso presidente, da Mesa Diretora, dos nossos deputados, irá promover uma missa de 1º ano de falecimento do nosso querido deputado Anibal Khury. Irá inaugurar um Busto mas eu gostaria de prestar a minha homenagem ao deputado Anibal Khury, lembrando alguma coisa dele, não que foi cassado, que foi deputado por nove mandatos, que foi presidente do Atlético Paranaense, que foi um homem de fibra, de luta, adorado, odiado, mas um político respeitado por este Brasil afora. Eu, nos meus 26 anos de mandatos, quase sempre, adversário de Anibal Khury, mais o meu pai, com 24 anos de mandatos, significaram 50 anos de vida pública neste Paraná. Do ano 50 ao ano 2000 eu e meu pai estivemos neste Plenário ou na política paranaense onde Anibal Khury militou durante quase todo este período, sendo presidente da Assembléia ele, meu pai e eu também. Para mim é uma grande honra como funcionário desta Casa, como deputado, como filho de ex-presidente e afilhado de Anibal Khury presidente, vir relembrar estes fatos e não sei se no Brasil existe pai e filho deputados, cinquenta anos, somados os dois, pai e filho presidentes da Casa, funcionários desta Casa, que chegou do Protocolo à presidência desta Casa, respeitando os funcionários, sendo amigo e companheiro, respeitando os deputados e sendo companheiro dos deputados e funcionários.

Esta homenagem que vou prestar ao deputado Anibal Khury é um simples requerimento e eu li ontem na Gazeta do Povo, a Assoma Associação dos Meninos que o deputado Anibal cuidou com um carinho maravilhoso. Ele tinha por aquela Associação de Meninos carentes, de meninos de rua, ele, com seu prestígio e sua força política, administrou a Assoma nos últimos 10, 15 anos e ontem eu lia na Gazeta que a Assoma está para fechar as portas, que não existem mais recursos públicos e o Anibal sabia pedir, sabia solicitar aos seus amigos, aos mais poderosos, aos mais ricos ou até com recursos públicos, suprir as deficiências da Assoma e a Assoma era para ele, e lembro-me que ele fazia expediente, passava a ver os seus meninos e dizia: "Não deixem morrer a Assoma e não deixem morrer as minhas crianças". Então ele parece que até sabia que ia morrer mas pedia para que nós que ficássemos, seus amigos e seus adversários que somássemos esforços para que ele não deixasse morrer aquela Associação dos meninos, porque seria

um exemplo indigno nosso, do Poder Público, deixar que aquela associação, hoje com a criminalidade que existe, com os roubos, com as drogas, com os vícios campeando e às vezes me acham chato quando eu tiro um cinzeiro da mesa. mas, isso é inteligência. Ignorantes são os fumantes que poluem o ar que nós respiramos. E solicito até que a imprensa, que os funcionários respeitem, vão fumar ali na área, vão fumar ali fora. Vamos respeitar! Como nós temos que respeitar o pobre, o humilde, aquele que precisa de internamento. Quando nos criticam que fazemos assistência social, nós fazemos pela necessidade da pobreza, da angústia, da miséria que o governo e o País não podem atender a todo mundo. Se cada um fizesse a sua parte, e nós fazemos com a nossa ambulância, com a nossa verba de assistência social, mandando cadáveres, atendendo pessoas que como a última esperança, eles batem a porta do deputado. Que o deputado é amigo, o deputado vai ao interior, o deputado aperta a mão do doente, do leproso, do pobre, de quem estiver, nós não sabemos se tem doença, se não tem, não interessa, nós beijamos as pessoas mais velhas. Nós fazemos aquilo que ninguém faz. É o político. O político é a ligação do povo: é o vereador, é o prefeito, é o deputado, é a ligação do povo do Paraná abandonado, marginalizado, e o deputado Anibal Khury era o exemplo. Traduzindo a todos nós, traduzindo no seu gabinete, na presidência, ele recebia todo mundo e tinha uma palavra, algum consolo ou atendia com alguma coisa.

Então, estou apresentando um requerimento, encaminhado ao governador do Estado, para que passe a dar uma verba mensal, ou no orçamento, ou nós da Assembléia, que sempre é a Assembléia que atende, sempre foi a Assembléia que atendeu, vamos no orçamento a Assoma, para que, se não vier do governo do Estado, que venha para nós, para nós não deixarmos fechar.

(Lê):

"REQUERIMENTO

Súmula:

Requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, governador do Estado, solicitando determinar ao órgão competente, sejam destinados recursos mensais para a Assoma - Associação dos Meninos de Curitiba.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, governador do Estado, solicitando determinar ao órgão competente, sejam destinados recursos mensais para a Assoma - Associação dos Meninos de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhora Antonio Michalize, presidente da Assoma, e a senhor Niva Khury.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Meninos de Curitiba (Assoma), é uma instituição comunitária, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Desenvolve atendimento a 300 (trezentas) crianças. A Assoma oferece a esses meninos cursos profissionalizantes, que são desenvolvidos em oficinas - padaria, confecção, lavanderia, horta, jardinagem, cozinha, cerâmica, mecânica, e entre outras implantadas na sede da instituição.

Com a crise que atingiu a Assoma, algumas já estão paradas e outras ociosas.

Além das oficinas, conta com o ensino fundamental, desenvolvido na Escola Desembargador Francisco Cunha Pereira, atendimento odontológico, médico, assistência psico-social, alimentação e noções de higiene.

A entidade foi fundada em 1987 com o objetivo de amparar e educar crianças em situação de rua, risco social e pobreza.

Infelizmente, a Assoma está passando por sérias dificuldades financeiras, prevendo seus diretores o fechamento da entidade dentro de pouco tempo, caso não consiga ajuda suficiente para sua manutenção.

Por coincidência, hoje completa um ano do falecimento do deputado Anibal Khury, considerado padrinho da Assoma.

Em homenagem ao saudoso deputado, estamos certos que o Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, envidará todos os esforços para não deixar morrer aquele entidade filantrópica.

Para que conste deste modesto requerimento e fique bem registrado para a posteridade, transcrevemos o artigo “Cuidem bem das minhas crianças”, publicado pela Revista Divulgação, de setembro de 1999.

‘Cuidem bem das minhas crianças,

Elas só precisam de carinho e atenção!’

Esse artigo, essas palavras foram ditas pelo deputado Anibal Khury. Espero que marque a cada um, neste dia, porque não adianta rezarmos, homenagearmos e não continuarmos a obra que ele fez. E ele tinha tanto carinho!

Acho que ele ficaria muito feliz se visse que nós, seus companheiros, seus colegas, continuassem ajudando aquela entidade com algum recurso para que ela não feche. Seria uma vergonha para este Parlamento, para o governo do Estado e para o Paraná se deixássemos morrer a Assoma.

Muito obrigado, senhor presidente. Muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL. PST. PSL. PDT. PT. PPB.

(Declinam)

PMDB. Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

É uma satisfação ocupar a tribuna nesta tarde, porque afinal de contas todos estamos muitíssimos preocupados com as eleições municipais, mas também temos as nossas preocupações legislativas nesta Casa. Se digo que é uma satisfação estar aqui com todos vocês, digo também, a exemplo do que disse o deputado Antonio Annibelli, que para mim também é um dia em que, através de um momento de reflexão, somos levados a momentos de tristeza, porque hoje, evidentemente, acontece o primeiro ano da morte do deputado Anibal Khury.

E ainda há pouco quando eu apertava a mão do deputado Seleme, lembrei-me que estávamos, no dia 28 de agosto de 1999, em Manaus, conosco também estava o deputado José Maria Ferreira e o deputado Ademir Bier, numa reunião da União Nacional dos Legisladores Estaduais, quando se instalava o Parlamento Amazônico, um braço avançado da nossa Unale naquela região Norte do nosso País. E nós lá, pela manhã, à tarde e à noite com a nossa assessoria, com os nossos familiares, com parlamentares desta Casa, mantínhamos um acompanhamento permanente da evolução do quadro de saúde do deputado Anibal Khury. E no dia 28, durante à tarde, nós estávamos lá no dia 27, 28, ficaríamos 29 e 30, no dia 28 à tarde tomamos a decisão de, naquela madrugada, pegarmos o avião para que aqui estivéssemos no dia 29, porque todas as informações nos davam conta de que o quadro se mostrava irreversível. E nós, evidentemente, nós não nos sentíamos bem estando lá em Manaus e a Assembléia Legislativa, toda ela, passando por momentos de dificuldades como estava.

Tive a oportunidade de, aqui chegando no dia 29, ir até o hospital onde ele estava internado, conversar com a Dona Niva, com os seus familiares e levar o meu abraço pessoal e da Regina aos familiares de Anibal Khury, e evidentemente torcer para que tudo reverter. No dia seguinte, por volta das sete horas e quarenta e cinco minutos, quase oito horas da manhã, recebo um telefonema do deputado Hermas Brandão dizendo que Anibal Khury tinha falecido há instantes atrás.

Então, realmente, para nós o dia de hoje é um dia de profunda reflexão de tudo aquilo que pode acontecer nesta Casa ao longo desses 365 dias. Ontem quando fui entrevistado pela imprensa eu disse que este ano sem Anibal Khury foi para todos nós um ano de aprendizado, porque cada um de nós teve que aprender um pouco como trabalhar na Assembléia sem a presença do Anibal, sem a assessoria do Anibal, sem, a orientação, sem a palavra amiga, a palavra de apoio, sem a correção dele muitas vezes, nos chamando “olha, vem aqui, não é assim, você está errado”. Então, todos nós tivemos que

aprender um pouco. A Assembléia Legislativa vive sem sombra de dúvidas sobre a batuta do presidente Nelson Justus, do Hermas, do Zuchinho, de todos nós que aqui estamos um momento de grande aprendizado, todos nós eu tenho certeza estamos nos esforçando para tentar fazer melhor do que o presidente Anibal fazia e do que surgia das suas orientações.

E realmente, entendo que nós temos até por obrigação tentar fazer melhor do que ele fazia, embora isso seja difícil, porque seria injusto para com a história e a memória política do Anibal que nós, que sempre fomos seus aliados, não nos comportássemos bem e que não produzíssemos na Assembléia, melhorias, transformações que pudesse realmente demonstrar que aqueles que foram seus aliados, seus discípulos, se comportaram bem, produziram bem mesmo na sua ausência física nesse local.

Devo dizer que dos meus dezessete anos e meio como deputado, dezesseis anos e meio convivi quase que diariamente com o deputado Anibal, tive oportunidade de ser o seu 2º vice-presidente nas eleições de 99 quando ele se elegeu presidente sucedendo ao nosso companheiro Antonio Martins Annibelli.

Tive oportunidade de ser líder do Governo Roberto Requião, líder da Bancada do PMDB, o Anibal presidindo a Assembléia, e tivemos grandes embates, tivemos grandes entendimentos em favor das causas do Paraná.

Em muitas vezes nos confrontávamos nas questões regimentais, nas questões de condução da Sessão Plenária, mas sempre ao final nos entendíamos porque ele acima de tudo era um homem do entendimento.

Tive o privilégio de ter o apoio dele e desta Casa e ser o presidente desta Assembléia em 93 e 94, e ter o Anibal como meu 1º secretário naquela oportunidade, e junto com ele procuramos dar continuidade ao trabalho que esta Casa sempre desenvolveu. Então, sempre tive por ele respeito, sempre tive por ele admiração e sempre procuramos trabalhar juntos naquilo que entendíamos ser melhor para esta Casa.

Portanto, em meu nome pessoal, em nome dos deputados do PMDB, quero neste momento manifestar a nossa mais profunda solidariedade à família de Anibal Khury, e manifestar também o nosso sentimento de saudades por esse um ano que vivemos sem a presença física de Anibal em nossa Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL. PSDB. PTB.

(Declinam)

Liderança do Governo. Com a palavra do deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente e senhores deputados, venho à tribuna hoje para em nome principalmente da cidade de União da Vitória que foi a cidade em que deu apoio ao início da carreira do saudoso Anibal Khury. A cidade de

União da Vitória que sempre teve, e a nossa região sul do e Estado do Paraná, que sempre teve um grande respeito pelo deputado Anibal Khury, hoje várias pessoas através de telefonemas nos pediram que lembrasse aqui o que significou o deputado Anibal Khury para União da Vitória e para toda a nossa região.

Eu, o deputado Annibelli, fomos várias vezes adversários do deputado Anibal Khury, principalmente eu fui um ferrenho adversário do deputado Anibal Khury, porque na minha primeira campanha cresci politicamente combatendo o deputado Anibal Khury. Vim para esta Casa, e no decorrer do tempo, apesar das nossas divergências aprendi a respeitá-lo pela forma democrática com que ele conduzia esta Casa.

Me considero um dos grandes amigos do Anibal Khury, porque não fui um amigo para usá-lo, para resolver os meus problemas, muitas vezes e por isso me considero que fui amigo do deputado Anibal Khury, porque sempre fui um deputado verdadeiro quando conversava com ele. Muitas vezes, nesta Casa sentando de frente com ele divergimos, colocava a minha posição que era diferente da dele, mas sempre de uma forma respeitosa. Jamais o deputado Anibal Khury, por mais que divergíssemos ele teve uma palavra que pudesse ter agredido este deputado. Considero amigo não apenas aqueles que se servem do poder ou que se servem da pessoa para resolver os seus problemas e depois esquece. Considero amigo aquele que em momentos concorda mas que em momentos que discorda tem a coragem de sentar e dizer ao próprio que discorda da posição do momento.

Foi assim a minha convivência com o deputado Anibal Khury. Quando cheguei nesta Casa, talvez dos 54 deputados dessa Casa, era o único deputado que não deveria votar no deputado Anibal Khury naquela eleição, aonde a eleição de Presidente da Assembléia foi 27 a 27 a primeira votação. Aonde todos achavam que o deputado Rossoni não deveria e não votaria no deputado Anibal Khury. Cheguei aqui nesta Casa, pertencia a um grupo político, ao qual Vossa Excelência deputado Nelson Justus também pertencia, o deputado Traiano que está aqui, o deputado Troiam que não está mais nessa Casa, nos reunimos e tomamos uma decisão, de votarmos no deputado Anibal Khury. Todos os meus companheiros de Partido duvidavam que o deputado Rossoni cumprisse com a palavra em votar no seu mais ferrenho adversário.

Honrei a minha palavra, empatamos as eleições 27 a 27 fomos para a segunda votação e o deputado Anibal Khury foi o presidente desta Casa.

Então me considero hoje, na falta do deputado Anibal Khury e da sua experiência, da sua forma de tratar aqui nesta Casa, um homem que sente saudades do deputado Anibal Khury, porque mesmo como adversário aprendemos a nos respeitar e ele jamais ergueu a voz para este parlamentar. Mesmo divergindo ele tinha a capacidade de nos cativar pela forma de divergir.

Ainda ontem vi a Tv Senado e serve muito bem para este momento que estamos vivendo. É um homem

que admiro do cenário da Política Nacional, o senador Pedro Simon.

O senador Pedro Simon num debate com o líder do Governo o Arruda no Senado, ouvi as palavras do senador Pedro Simon.

O senador Pedro Simão num debate com o líder do Governo o Arruda no Senado, ouvi as palavras do senador Pedro Simão que é líder da Oposição do Senado e ele se dizia um dos maiores amigos de Fernando Henrique. E muito senadores ficaram perplexos quando ouviram a afirmação do Pedro Simon dizendo de que ele era um dos amigos do Fernando Henrique, porque ele é um dos maiores críticos do Fernando Henrique. Pedro Simon disse o seguinte: “Sou adversário do Fernando Henrique, mas tenho a coragem dizia Pedro Simon, de dizer ao Fernando Henrique o que mitos dizem nos corredores do Congresso Nacional, digo sentado na frente do presidente Fernando Henrique. Por isso me considero mais amigo do Fernando Henrique do que esses que ficam falando pelos corredores e que não têm coragem de falar e divergir na frente da pessoa com quem ele tem divergência”.

Então as palavras, ontem, do deputado Pedro Simon, servem muito bem para esta momento. Quero em nome da população da União da Vitória, principalmente de União da Vitória, que fique marcada a cidade de União da Vitória, hoje, num momento em que com recordação, com saudades lembramos um ano de falecimento do deputado Anibal Khury. E quero externar meus cumprimentos ao deputado Nelson Justus, o qual disputamos aqui as eleições para presidente da Assembléia, mas que, com sabedoria, com paciência, com competência soube dirigir esta Casa até este momento. E, certamente, ao passar este primeiro ano, a partir de agora fica muito mais fácil dirigir esta Casa.

Cumprimento o presidente e externo aqui o cumprimento a toda família do deputado Anibal Khury, aos amigos do Anibal Khury e aos parlamentares que foram amigos do Anibal Khury. Fiz questão de frisar o mau posicionamento, porque fomos amigos com o deputado Anibal Khury nas divergências. Mas, isso é muito importante porque nós trabalhávamos com a verdade. Quando sentávamos não era só para concordar, mas sim para divergir. E assim nós aprendemos a nos respeitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, esta presidência deseja agradecer as palavras do deputado Valdir Rossoni e aproveitar esta oportunidade para convidar a todos os senhores para as homenagens, simples, que prestaremos hoje ao deputado Anibal Khury. Às 16 horas teremos uma missa na capela da Assembléia no andar térreo, às 16:45 um simples trailer do documento biográfico que está sendo elaborado da vida do deputado Anibal Khury. E às 17 horas um lançamento de sua biografia: “Anibal Vida e Obra”, no Salão Nobre desta Casa. Fica aqui o convite a todos os senhores deputados.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 402/2000, subscrito pelo senhor deputado Beto Richa, constante do expediente, solicitando seu desligamento da CPI dos Combustíveis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados Nereu Moura, Edson Strapasson e Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação ao item nº 3, Projeto de Lei nº 237/2000, constante da Ordem do Dia da sessão Plenária de hoje. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, não vejo necessidade de inversão da pauta, porque ficamos aqui numa situação delicada. Pelo que estamos observando a inversão da pauta é para votarmos este projeto e derrubarmos a sessão. Então, gostaria primeiro de fazer um acordo com o deputado autor do requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, não existe necessidade de acordo até porque a nossa intenção é votarmos em primeiro lugar o Projeto 237/2000, que atende às propostas de alteração de nomenclatura e denominação de cargos da estrutura do Estado. E, também atende às reivindicações dos agentes fiscais do Estado.

Disse pessoalmente ao deputado Valdir Rossoni, quando me perguntou, que não existe disposição no sentido de fazermos chamada nominal ou coisa parecida. Não vou fazer nenhum acordo porque estaria ele duvidando do que lhe falei anteriormente.

Portanto mantenho meu requerimento de preferência e pessoalmente asseguro que não vou fazer verificação de votação na tarde de hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI

Era apenas isto que eu queria ouvir do deputado Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 237/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2000. Dispõe que os cargos de provimento em comissão de tratado artigo “in fine”, da Lei nº 9147, de 15 de dezembro de 1989. Considerada a redução quantitativa decorrente do artigo 2º da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração a ter a denominação de “Assessor Administrativo”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.F. E C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 237/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os cargos de provimento em comissão de que trata o artigo 2º “in fine”, da Lei nº 9.147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do artigo 2º, da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam, sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de “Assessor Administrativo”.

§ 1º - Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, serão redefinidas as atribuições dos cargos referidos no *caput* deste artigo e fixadas as respectivas lotações, na razão de até 70% (setenta por cento) na Secretaria de Estado da Educação e dos restantes na Secretaria de Estado do Governo.

§ 2º - Dentre as exclusões constantes do art. 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, ficam acrescentadas as vantagens previstas nos artigos 91 e 92, da Lei nº 7.051, de 06 de dezembro de 1978.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

O SR. NEREU MOURA (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, justifico meu voto contrário no *caput* do projeto de lei e não contra o pleito dos fiscais do Estado do Paraná que é justo, merecido, e tem o nosso apoio. Apenas o *caput* desta mensagem que não merece ser aprovado pela Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 234/2000, autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2000. Aprova um crédito suplementar no valor de R\$161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2000. Dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) e ajuste no Programa de Obras do Instituto de Ação Social do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 017/2000, que institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 256/2000
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema:

I - dotações orçamentárias do estado;

II - dotações orçamentárias da união e dos municípios;

III - produto das multas administrativas e sanções judiciais por infrações às normas ambientais, bem como os valores decorrentes de condenações em ações civis públicas disciplinadas pela Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, relativas a questões ambientais;

IV - rendimento de qualquer natureza derivado de aplicação de seu patrimônio;

V - recursos provenientes de ajuda e/ou cooperação internacional e de acordos entre governos na área ambiental;

VI - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições pertinentes;

VII - outras receitas eventuais que lhe forem destinadas por lei, regulamento, acordo ou convenção.

§ 1º - Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo serão depositados em instituição financeira oficial do estado, em conta denominada Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema.

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas que fizeram doações ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema poderão gozar de benefícios relativos aos impostos estaduais, conforme dispuser a legislação.

Art. 3º - O Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná, IAP.

Art. 4º - Os recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema deverão ser aplicados através de órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado e os municípios bem como de entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com aqueles estabelecidos no artigo 1º.

Art. 5º - Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema em planos, programas ou projetos relativos a: educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, unidades de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais e econômicos, assim como em despesas correntes pertinentes a atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 6º - Os programas de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema serão revistos periodicamente, de acordo com os princípios e diretrizes das Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente.

Art. 7º - O saldo positivo do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema apresentado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 8º - As prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema serão submetidos à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para operacionalização do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema e do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, FEID, baseado em programas de trabalho, estimando as receitas e fixando as despesas para os exercícios de 2000 e 2001.

Art. 10 - O Poder Executivo aprovará por Decreto a regulamentação do Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - O § 1º do artigo 1º e o inciso IV do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

Art.1º - ...

“§ 1º - O FEID, instrumento de natureza contábil, gerido por um Conselho Estadual, tem como finalidade a prevenção e a reparação dos danos causados ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.”

Art. 3º - ...

“IV - promover atividades e eventos que contribuam para divulgação da cultura, da proteção do consumidor, da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, e de interesses difusos e coletivos”.

Art. 12 - Os recursos recolhidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID, originários de quaisquer sanções por danos ao meio ambiente e os destinados à proteção ambiental, já recolhidos ou não, serão repassados ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fema, ora instituído.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 28.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 256/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2000, de autoria do Poder Executivo, propõe instituir o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a

preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2000.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 001/2000, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas da dotação de subvenção social dos senhores deputados, exercício de 1999, Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 1999, regulamentada pela Resolução nº 055 de 03 de outubro de 1983.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 004/2000, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas de créditos para despesas dos senhores deputados, exercício de 1999, Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do relatório de movimento relativo aos créditos para atender despesas dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 1999, regulamentada pela Resolução nº 015 de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 022/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 1999. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe o demonstrativo e balanços orçamentário, financeiro e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1999.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/99, de autoria dos deputados Anibal Khury e outros, que exclui dos benefícios concedidos pela Lei nº 9895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.**

Sobre o referido projeto, emendas supressivas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 100/2000

Ficam suprimidas do artigo 1º do Projeto de Lei nº 100/2000, as seguintes expressões: “como órgão integrante da Secretaria de Estado da Saúde”.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoiamento:

Beto Richa, César Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins e Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a Secretaria da Criança vem respondendo também pela política do idoso no Estado do Paraná. Portanto, a supressão das referidas expressões deixa ao governo do Estado a determinação da, melhor linha hierárquica a ser obedecida.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Suprime do artigo 5º do Projeto de Lei nº 100/2000, as seguintes expressões: “revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 30.08.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Beto Richa, Luiz Carlos Martins, Antonio Annibelli e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal nº 095/98 exige que essas expressões somente devem ser utilizadas quando indicarem a legislação que está sendo revogado. No caso em tela, não está ocorrendo a revogação de outra norma legal.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que instituiu a Região Metropolitana de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 66, de 10.06.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 313/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, através da qual foi instituída a Região Metropolitana de Maringá.

A criação de regiões metropolitanas está prevista no artigo 25, § 3º, da Constituição Federal (Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum).

Na Constituição Estadual, os artigos 21 a 26 tratam das Regiões Metropolitanas.

Tendo em vista que a criação da Região Metropolitana se faz por Lei Complementar, a alteração da legislação também deve ser feita por essa via, sob pena da proposição ferir a hierarquia das leis constantes do artigo 59 da Constituição Federal.

Isto posto, apresentamos nosso parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 313/99, por considerar a proposição constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 313/99.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/00, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a alienar lotes de terra no município de Telêmaco Borba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 046, de 08.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 138/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alienar lotes de terras no município de Telêmaco Borba.

Chamada a opinar, esta comissão não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a tramitação da proposição.

Isto posto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 138/00

Sala das Comissões, em 23.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 138/00

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a alienar lotes de terras no município de Telêmaco Borba.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição

e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para a sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o § 8º, do art. 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta comissão acima referida. A alienação em questão, em nada prejudica o interesse público, já que ficaram os lotes sem nenhuma utilidade para o DER.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo Parecer Favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/00, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108, de 22.08.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 1634, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 1635 e 1642, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1627, 1628, 1629 e 1630, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1632 e 1633, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1638, 1639 e 1640, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 31, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 324/99, 017, 137 e 219/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 138 e 268/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113/99 e 209/2000.

Marca ainda, uma sessão Extraordinária, para dia 31, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 385/99 e 040/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 617/99 e 272/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTODO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2000.

“Vargas continua vivo”

Jornal Gazeta do Povo

A era Vargas continua, apesar de Fernando Henrique Cardoso haver decretado o seu fim, no discurso de despedida do Senado, antes de assumir a Presidência da República.

A Petrobrás, maior empresa brasileira, aí está, ainda estatal (até quando?), extraindo mais de 1,3 milhão de barris diários de petróleo e aproximando o país da

auto-suficiência, que já alcançamos há vários anos no refino de derivados.

A Cia. Vale do Rio Doce (mal privatizada) estará gerando US\$3 bilhões de divisas nas vendas ao exterior neste ano 2000 e prossegue a maior exportadora mundial de minério de ferro.

A Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, marco fundamental para a emancipação econômica do país, permanece no topo de nossa produção siderúrgica e tem projetos de expansão.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), fundado por Vargas em 1952 no seu último governo, é o principal agente para o crescimento de nossa economia ao lado do Banco do Brasil, com recursos anuais de aplicação superiores aos do BID, embora às vezes erroneamente direcionados, como nos empréstimos a multinacionais para adquirir, nos leilões, empresas pertencentes aos governos, e nos financiamentos previstos em favor do Banco Bradesco (Bradespar) e da Previ (maior Fundo de Pensão brasileiro) para formação de controle acionário na CSN (Grupo Vicunha) e descasamento de participação acionária de compradores da CSN e da “Vale”. O Banco do Nordeste, também criado por Getúlio Vargas no seu derradeiro mandato, constituiu-se no primordial instrumento de crédito às atividades da agricultura, indústria, comércio e serviços naquela região, a mais pobre do território nacional.

A Eletrobrás, cuja mensagem para sua criação foi encaminhada ao Congresso por Vargas em 1953, e convertida em lei no governo João Goulart, persiste contribuindo para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

As normas legais de proteção aos trabalhadores e assalariados em geral, consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho, seguem em vigor, cumprindo sua função de proteger o lado mais frágil da sociedade, resistindo às tentativas do governo neoliberal de flexibilizá-lo em benefício do capital.

A previdência social, mesmo com suas mazelas sem a amplitude dos antigos IAPs, é um amparo principalmente aos mais humildes.

A livre organização partidária, o voto universal e secreto, o direito de sufrágio à mulher e a implantação da Justiça Eleitoral, promessas e conquistas da Revolução de 30, estão definitivamente incorporadas à nossa vida democrática.

Ninguém pode contestar que a visão estratégica e as ações concretas do estadista Getúlio Vargas transfiguraram o Brasil agrícola e arcaico, anterior a 1930, em uma nação industrializada, com perspectivas de tornar-se potência mundial.

Acima de tudo, nunca é demais repetir, o pulso firme e a coragem cívica de Getúlio Vargas cimentaram a unidade nacional, que tinha sido salvaguardada no Império pela espada e, ao mesmo tempo, pelo espírito apaziguador de Caxias.

Mais importante que as realizações materiais da administração getulista e a notável legislação social e trabalhista legada pelo seu governo, foram os exemplos de amor à Pátria e devotamento à causa pública, que marcaram sua longa vida política.

Deputado estadual, no Rio Grande do Sul, e deputado federal, exercendo a liderança das bancadas do seu partido; Ministro da Fazenda no Governo Washington Luiz; Governador do Rio Grande do Sul; chefe da vitoriosa Revolução de 30 e do Governo Provisório, Presidente da República eleito pelo Congresso Nacional em 1934; guia do Estado Novo de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945 (deposto pelas Forças Armadas).

Recolhido ao auto-exílio em sua terra natal, São Borja, RS, elegeu-se, em 2 de dezembro de 1945, Senador por dois Estados (Rio Grande do Sul pelo PSD e São Paulo, pelo PTB) e Deputado Federal por sete Estados, na legenda do PTB (a legislação vigente permitia candidatura por partidos diferentes em vários Estados). Voltou ao Palácio do Catete, então sede do governo no Rio de Janeiro, carregado nos braços do povo, na mais entusiástica campanha cívico-eleitoral de nossa história, realizada em 3 de outubro de 1950.

Foram 45 anos (elegeu-se deputado estadual em 1908) de exercício de vida pública, nos quais Getúlio Vargas se desvelou em servir ao Brasil e ao povo, sem auferir vantagens pessoais de qualquer natureza.

Seu inventário na Comarca de São Borja, publicado na Revista O Cruzeiro de 19 de abril de 1958, mostrou que não tivera acréscimo patrimonial algum, conservando os bens que houvera de herança de seus pais, acrescido de um apartamento no Morro da Viúva, Rio de Janeiro, comprado com um empréstimo na Caixa Econômica Federal. Nunca teve caixas e sobras de dinheiro de campanha eleitoral, nem conta-corrente nas Ilhas Cayman ou em outros paraísos fiscais. Seus irmãos ou filhos jamais se locupletaram em negócios escusos. Mesmo seus mais impedernidos adversários e inimigos políticos nunca puseram em dúvida sua honestidade e retidão de caráter.

Além dos exemplos de coragem e bravura cívica e das lições de dignidade no desempenho da atividade política, Getúlio Vargas sacrificou a própria vida para evitar o derramamento de sangue do povo brasileiro, na previsível convulsão social que se seguiria a uma nova deposição do Poder.

“Só morto sairei do Palácio do Catete”, disse Vargas conforme manchete do jornal Última Hora do dia 23 de agosto de 1954. Na manhã do dia 24 de agosto, quando soube que os generais reunidos na Vila Militar exigiam a sua renúncia, não aceitando o pedido de licença, anunciado na reunião ministerial da noite, ele renunciou à própria vida com o tiro no coração, que até

hoje retumba na memória dos verdadeiros patriotas. Resta-nos lembrar e ser fiel às palavras de sua Carta-Testamento:

“Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome vossa bandeira de lutas. Cada gota do meu sangue será

uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência.”

*Léo de Almeida Neves, Suplente de Senador pelo Paraná, ex-deputado federal e ex-diretor da Crea do Banco do Brasil.